

9. Luta pelos Direitos das Mulheres no Chile

Apoiando as trabalhadoras e promovendo a participação política das mulheres



Trabalhadoras protestando contra o abuso dos seus direitos no Dia do Trabalho

Apesar de ser considerado como um dos países economicamente com sucesso na América Latina, o Chile é caracterizado por altos níveis de inequidades sociais. As mulheres que trabalham nos sectores agrícola e pesqueiro são particularmente marginalizadas e, na maior parte das vezes, trabalham em condições inaceitáveis, com poucas oportunidades para desafiar as práticas exploradoras e ou para influenciar as decisões políticas. Este documento descreve as estratégias da Oxfam GB para aumentar a liderança e a participação das mulheres nos sectores económicos e políticos. Analiza o impacto destas estratégias e apresenta as lições aprendidas.

Historial

Chile sofreu de um golpe militar violento em 1973 e esteve sob ditadura militar do General Augusto Pinochet até 1990. A transição para a democracia tem sido lenta, e muitos aspectos do sistema legal, político e económico foram apenas parcialmente reformados.

A economia chilena é dependente das exportações de minerais, florestas, vinho, frutos e das indústrias do salmão. O governo segue agressivamente uma política de relações¹ aberta de comércio, atraindo o investimento externo nos seus principais sectores de exportação e indústrias de prestação de serviços. Os índices da pobreza são relativamente baixos, mas o Chile continua uma sociedade muito desigual, com o poder concentrado nas mãos de uma pequena elite. Os direitos económicos e laborais são muitas vezes vistos pelas elites económicas e políticas como estando em contradição com o objectivo do Chile de aumentar o crescimento económico e a produtividade, e de atrair e reter o investimento externo.

A filiação aos sindicatos encontra-se estagnada a níveis baixos depois de ter decrescido por muitos anos, e o Chile possui uma sociedade civil fragmentada. No geral, a participação é muito baixa no sistema político chileno e na concepção e implementação das políticas sociais e económicas e programas do governo. As mulheres, em particular, têm tradicionalmente enfrentado dificuldades de avançar com sucesso na arena política, dominadas pelos interesses das elites masculinas. Como resultado, as necessidades das mulheres não têm sido tomadas em consideração ou priorizadas.

Muitas mulheres enfrentam outros problemas relacionados com as injustiças do género: discriminação da força de trabalho; segmentação do Mercado de trabalho que envolve as mais precárias condições de trabalho para as mulheres (especialmente no trabalho de menor escolarização ou nos sectores de agro-exportação); altos índices de violência doméstica; marginalização dentro dos sistemas² político e legal. Elas sofrem da sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado, e mesmo assim, os empregadores não tomam isto em consideração e não conseguem tomar as medidas necessárias para reduzir a pressão sobre as mulheres em relação a esta sobrecarga injusta de trabalho. Porém a eleição de Michelle Bachelet como presidente em 2006 abriu novos espaços para a participação política. A sua eleição é um sinal poderoso da possibilidade de mudança no Chile, e ela é um modelo importante para as mulheres jovens que pretendem ocupar cargos de liderança. Bachelet não é mulher qualquer, ela é mãe separada e solteira, esteve presa e foi torturada durante a ditadura. Embora ela venha da mesma coligação política no poder desde a transição para a democracia, parte do seu apelo eleitoral era de que ela estava muito distante da tradicional elite

1 Luta pelos Direitos das Mulheres no Chile, Liderança e Participação das Mulheres, Panorama do Programa, Oxfam GB. Junho 2008

política em comparação com os outros candidatos, e prometeu preocupar-se mais sobre as questões enfrentadas pelas mulheres chilenas. O seu governo continuou grandemente com a anterior política económica, mas aumentou os gastos sociais. Como candidata, ela fez campanha sobre uma explícita equidade do género e plataforma de justiça, e como presidente ela introduziu medidas importantes para o aumento da equidade e justiça do género. Por exemplo, o seu governo aumentou a prestação de cuidados para as crianças das mães com baixos rendimentos e está a introduzir reformas nas pensões que assegurarão uma pensão básica para todas as trabalhadoras com rendimentos baixos (parcialmente como resultado do trabalho de consciencialização levado a cabo pelo parceiro da Oxfam GB, ANAMURI, cujos pormenores se apresentam a seguir). Isto beneficiará as mulheres trabalhadoras pobres que, em particular, eram muitas vezes excluídas do sistema anterior de pensões. Para além disso, o seu governo introduziu medidas para o aumento da protecção dos direitos sexuais e reprodutivos através da melhoria do acesso aos contraceptivos, incluindo contraceptivos de emergência, bem como a introdução de medidas destinadas a tentar reduzir os altos índices de violência doméstica contra as mulheres.

O governo de Bachelet vai igualmente submeter um anteprojecto de lei ao congresso para definir a cota mínima de 30 por cento de candidatas de cada género nas listas eleitorais tanto para o congresso como para o senado, em parte graças ao constante trabalho de lobby levado a cabo pelo parceiro da Oxfam GB, Humanas; e o seu gabinete tinha um número igual de ministras e ministros.

Programa da Oxfam GB no Chile

A Oxfam GB tem vindo a operar no Chile desde os anos 60. Em 2000, a Oxfam GB no Chile passou do providenciamento de apoio institucional aos parceiros que realizam trabalho ao nível local para uma abordagem com maior enfoque e estratégica destinada a introduzir uma mudança através da advocacia e a campanha. A promoção da justiça do género tem sido o maior enfoque deste trabalho uma vez que a Oxfam GB procurou estabelecer alianças nas arenas política e ideológica, integrar a justiça do género nas agendas mais abrangentes e ligar o trabalho nacional com o regional e o global.

Actualmente, a Oxfam GB no Chile possui uma estratégia dual para a justiça do género no contexto Chileno e no da América do Sul, baseada no:

- 1 Aumento da liderança e da participação das operárias com condições precárias de trabalho no sector da agricultura, e encorajar o respeito para com os seus direitos laborais.

- 2 Aumentar a liderança e a participação das mulheres na política e na tomada de decisão no Chile e na América do Sul de forma mais abrangente.

As estratégias e o apoio complementam-se. Por um lado, a Oxfam GB apoia algumas mulheres marginalizadas no Chile – mulheres que realizam trabalho sazonal na agricultura e na indústria do salmão – para organizar e ter melhores condições de trabalho. Por outro lado, presta apoio às organizações de mulheres que trabalham para a mudança do sistema político de forma a aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão, e para influenciar os fazedores das leis e os governos a aumentarem a protecção dos direitos das mulheres nos locais de trabalho e fora destes. A primeira estratégia é de produzir informação valiosa sobre as condições de trabalho dentro destes sectores, que é depois utilizada para conceber ou esboçar a legislação e a realização de actividades / lobbying que decorrem no contexto da segunda estratégia. A última tem impacto positivo sobre todas as mulheres, mas em particular sobre as mais marginalizadas, que têm muito a beneficiar dos regulamentos de trabalho melhorados e da prestação da assistência social. Ajuda igualmente a criar um quadro melhorado para garantir a protecção efectiva dos direitos das mulheres, e novos espaços para a participação real na tomada de decisão; tanto os recursos principais que possam ser utilizados pelas mulheres marginalizadas na tentativa de melhorar as suas condições de vida, como a luta contra as iniquidades do género.

O programa de trabalho sobre os direitos laborais e a liderança das mulheres na esfera económica ocorre nas regiões centro e sul do Chile, e em áreas específicas de outros países Sul Americanos, onde as indústrias de exportação de frutas, vegetais, flores e peixe estão concentradas. O programa de trabalho sobre a participação política e a liderança está sendo implementado ao nível nacional e regional, ao nível governamental, dos sistemas legais e ao nível de organizações regionais.

Estratégia 1: Defender os direitos das mulheres e promover a liderança das mulheres nos sectores agrícola e pesqueiro

Contexto e desafios

Os últimos anos testemunharam um crescimento significativo nas indústrias de exportação de produtos agrícolas e do salmão, com muitas mulheres a entrarem na força de trabalho. As mulheres que trabalham nas indústrias de exportação de produtos agrícolas e de salmão no Chile e em toda a América do Sul são normalmente empregues de forma informal e sazonal. Muitas vezes elas não têm contratos, e são contratadas na base diária por intermediários itinerantes que trabalham para os farmeiros que vendem às grandes

empresas de agro-exportação. As condições de trabalho são frequentemente más: as trabalhadoras têm protecção suficiente contra o sol e contra os pesticidas e outros químicos utilizados no trabalho agrícola; espera-se que elas trabalhem mais horas do que o limite legalmente estabelecido nos seus respectivos países e não são pagas horas extras; e elas não têm direito a intervalos suficientes para comer ou para irem aos lavabos. Para além disso, elas não têm nenhum acesso aos cuidados adequados para os seus filhos, e têm pouco ou nenhum acesso aos serviços de saúde estatais e aos sistemas de pensões. As condições de trabalho para as mulheres são sempre piores do que as dos homens na mesma linha de trabalho, e as mulheres enfrentam a segmentação para as actividades mais mecânicas e menos pagas. As operárias agrícolas muitas vezes são oriundas das áreas rurais, e algumas delas têm que abandonar as suas casas por várias semanas ou meses para trabalhar durante a estação de frutas particulares ou vegetais, ou viajar de um local para outro nas áreas agrícolas a procura de trabalho. Existe pouca consciência pública sobre a contribuição económica que estas mulheres fazem para o sucesso destas indústrias de alto perfil, ou sobre as condições em que elas têm que trabalhar.

No Chile, estas trabalhadoras informais não possuem sindicatos. Isto porque a legislação Chilena não as permite criar sindicatos (uma vez que elas não trabalham para um empregador), e qualquer tentativa de as organizar ou de fazer exigências de condições de trabalho melhoradas redundam na inclusão na lista negra pelos intermediários, e conduz à perda do emprego. Mais ainda, os sindicatos tradicionais sempre ignoraram a situação das trabalhadoras sazonais, e a natureza informal do trabalho torna difícil organizar estas trabalhadoras. A excepção é o sector de salmão, em que os sindicatos operam mais na base tradicional.

Em resposta a isto, no Chile, muitos grupos pequenos de operárias agrícolas e de produtoras de pequena escala têm vindo a emergir, que agora estão agrupados numa rede nacional chamada Associação Nacional das Mulheres Rurais e Indígenas ou ANAMURI.

Actividades e impacto do programa

A Oxfam GB tem vindo a apoiar actividades específicas levadas a cabo pela rede ANAMURI para organizar, fazer lobbies, angariar fundos, receber assistência técnica através das ONGs parceiras, criar alianças com outras organizações da sociedade civil, e contactar e criar alianças com as operárias agrícolas de outros países. Estas actividades têm tido sucesso no Chile. As mulheres activas na rede ANAMURI conseguiram aumentar a consciência pública e política sobre a sua existência e sobre as condições precárias em que trabalham, reunindo e disseminando a informação pública obtida através das suas redes de membros. Elas conseguiram colocar as suas exigências na agenda pública e negociar com os ministérios da saúde,

trabalho, agricultura, e da mulher, e todos eles reconhecem a sua organização como um interlocutor³ válido. Por exemplo, o grande número de trabalhadoras não cobertas pelo actual sistema de pensões. A consciencialização que elas promoveram e os subsídios técnicos que deram à Comissão de Reforma de Pensões em 2006 ajudaram a dar forma à nova lei de pensões que agora se encontra no congresso, lei que define uma pensão mínima para as Chilenas⁴ pobres, não importando se elas conseguiram ou não poupar alguns fundos na sua conta individual de pensão. Isto significará que muitas mulheres com baixo rendimento, trabalhadoras sob contratadas, terão acesso à pensão básica pela primeira vez, incluindo aquelas trabalhando na agricultura, comércio e na indústria de prestação de serviços. Do mesmo modo, a ANAMURI elevou a consciência em relação ao impacto negativo das relações de trabalho no contexto de sob contratação em relação às condições de trabalho, graças em parte aos lobbies, esta prática é agora mais regulada. As empresas que utilizam mão de obra subcontratada agora têm obrigações legais em relação a essas trabalhadoras (em termos de saúde e segurança, e contribuições para a segurança social), mesmo que não exista nenhuma relação contratual. Os membros da ANAMURI têm igualmente vindo a participar em redes e debates nacionais, regionais e internacionais.

Noutros países (Equador, Bolívia, Colômbia, Perú) tem sido mais difícil formar grandes redes, ou com sucesso, de mulheres agrícolas tal como acontece no Chile. Contudo, há algumas indicações de que as trabalhadoras agrícolas sazonais começam a organizar-se. No Peru, por exemplo, a organização Aurora Vivar tem vindo a tentar coordenar uma rede idêntica a da ANAMURI no Chile.

A Oxfam GB tem também vindo a encorajar e a apoiar os 'observatórios' laborais e ambientais. Estes congregam diferentes organizações de trabalhadoras, ONGs que lidam com os direitos laborais, ONGs ambientais numa area geográfica particular para analisar as condições de trabalho e o impacto ambiental de uma indústria particular (neste caso, as indústrias de exportação de fruta e de salmão), para aumentar a consciência destas através dos médias e outras actividades de comunicação. Os observatórios também proporcionam oportunidades para fazer lobby e advocacia no congresso e nas comissões especiais do governo para melhorar as condições de trabalho e reduzir o impacto ambiental destas indústrias, e para o diálogo entre as trabalhadoras, as comunidades locais e os homens de negócio. As actividades de lobby abaixo de padrão, o aumento da consciência e o diálogo têm sido centrados em questões tais como: a aplicação dos regulamentos de segurança, conduzindo aos índices acima da média de acidentes ou mortes, especialmente entre as trabalhadoras subcontratadas; forçar as trabalhadoras a trabalharem mais do que o número máximo de horas legalmente fixadas por dia; continuar com operações quando as autoridades portuárias ordenaram que elas deviam parar (no caso da

indústria de salmão); assédio sexual e discriminação contra mulheres, especialmente mulheres grávidas e mães trabalhadoras; incapacidades para prover infra-estruturas por prestar cuidados para as crianças quando exigido por lei; e práticas contra sindicatos. A Oxfam GB prestou assistência na organização desses observatórios, tendo igualmente ajudado a integrar a perspectiva do género, e a assegurar que as condições de trabalho das mulheres fossem, em particular, tomadas em consideração. A Oxfam GB também ajudou na gestão dos meios e da estratégia de comunicação para os observatórios, bem como prestou apoio nas campanhas: estas são normalmente áreas fracas para as organizações que trabalham neste contexto.

A Oxfam GB também apoia no desenvolvimento da rede das organizações das trabalhadoras de agro-exportação (Andean) promovendo e defendendo os direitos das trabalhadoras neste sector da região. Tem apoiado igualmente as organizações das mulheres que organizaram tribunais públicos no Chile e noutros países Sul Americanos para destacar os grandes abusos contra os direitos económicos, sociais e culturais. Estes tribunais públicos atraíram a atenção dos meios e aumentaram a consciência pública, tendo igualmente feito com que os casos fossem julgados em vários países com algum sucesso. Isto incluiu a melhoria da protecção das trabalhadoras agrícolas contra pesticidas na indústria de agro-exportação no Chile.

Lições aprendidas

Em contextos tais como aqueles das indústrias de agro-exportação no Chile, onde os sindicatos são fracos ou inexistentes, ou, de outra forma, não prestam o apoio adequado ao número crescente de trabalhadoras, é importante para as organizações comprometidas com os direitos das mulheres no desenvolvimento apoiar as novas formas alternativas de organizações de trabalhadores, incluindo as organizações das trabalhadoras, tais como ANAMURI. Como sindicatos, estas organizações de trabalhadoras podem muitas ser tradicionais na sua estrutura hierárquica. A Oxfam GB tem encorajado as abordagens mais participativas da liderança através do apoio aos congressos anuais, por exemplo. Contudo, neste contexto, o âmbito do apoio muda nas formas de trabalhar que são determinadas pela natureza do apoio da Oxfam GB à ANAMURI, que é limitado ao apoio à actividades específicas e à facilitação das ligações com outras organizações.

Na indústria do salmão, a natureza do trabalho é menos sazonal, facilitando os sindicatos formais e as ONGs lutando pelos direitos laborais a agirem em nome dos trabalhadores. A Oxfam GB procura promover a liderança e a participação das mulheres nestas organizações mistas de trabalhadores e sindicatos através do observatório laboral e ambiental da Ilha Chilena, mas isto tem sido

um desafio. Por exemplo, em Dezembro de 2006, no observatório Chiloé, a Oxfam GB apoiou a eleição de uma trabalhadora jovem como chefe de uma grande confederação de sindicatos; até Junho de 2007, ela já tinha demitido devido à sobrecarga de trabalho e falta de apoio. Isto mostra quanto apoio e formação continuam a ser necessários para que as mulheres eleitas para os cargos de liderança em tais ambientes dominadas por homens possam realizar o seu trabalho. Como resultado, a Oxfam GB dá apoio e formação às trabalhadoras da indústria de salmão de forma a promover as suas capacidades de liderança e fortalecer a incorporação da perspectiva do género no seu trabalho, permitindo-lhes identificar e tornar visíveis as necessidades específicas e os direitos das trabalhadoras. Para além disso, a Oxfam GB reconhece que o trabalho precisa de ser feito com os líderes dentro dos sindicatos para garantir que eles estejam prontos para trabalhar com as suas contrapartes femininas de modo que, mais tarde, elas sejam capazes de participar cabalmente nas negociações colectivas e noutros processos de tomada de decisão.

Trabalhar ao nível local e regional através de observatórios permitiu criar alianças entre diferentes organizações em volta de assuntos específicos (condições de trabalho, impacto ambiental) em indústrias específicas. Os observatórios tiveram um impacto sobre processos específicos ao nível local e provincial (por exemplo, processos específicos de negociação colectiva), e permitiram criar fóruns de diálogo com as autoridades locais e com o sector privado, em que as trabalhadoras também têm participado. Ademais, conseguiu-se ganhar a cobertura dos médias e colocar as questões na agenda pública. Porém, o trabalho dos observatórios ainda não conduziu à melhorias significativas e sustentáveis nas condições de trabalho das trabalhadoras dos sectores agrícola e de exportação, ou ao respeito da legislação laboral. Para além disso, tem havido dificuldades em manter relações funcionais de trabalho entre os diferentes parceiros do observatório.

Em resposta a isto, será levada a cabo uma campanha sobre as condições de trabalho na indústria de salmão em 2008–2009 que testará a eficácia da plataforma dos observatórios ao nível nacional.

Estratégia 2: Aumento da liderança e da participação das mulheres na política e na tomada de decisão no Chile e na América do Sul

Contexto e desafios

Tradicionalmente, os sistemas político e de governação do Chile são caracterizados por uma participação limitada dos cidadãos. As decisões políticas são na maior parte das vezes tomadas com os interesses da elite em mente, e aquelas políticas sociais destinadas

para os pobres e / ou sectores excluídos da população normalmente não só concebidas, ou implementados com a sua participação. A ditadura militar deixou um sistema eleitoral e representativo que induz artificialmente e perpetua a existência de dois conselhos de coligação. Por um lado, politicamente existe o conselho socialista / coligação de governação liberal democrata constituída por vários partidos que está no poder há 17 anos, desde o fim da ditadura. Esta coligação é caracterizada pela falta de um projecto político unificado, e por posições muito divergentes entre as diferentes facções. Têm mantido as políticas económicas neo-liberais decretadas durante os anos da ditadura, mas foram acrescentadas medidas para servir como redes sociais seguras. Isto ajudou na redução da pobreza, mas fez não nenhum progresso significativo na resolução dos altos níveis de desigualdade. Por outro lado, a coligação da direita, a ala política da ditadura, é constituída por dois partidos, um dos quais tem maior apoio das massas, e âmbos têm forte apoio da elite conservadora, económica e política. Com base no sistema eleitoral herdado da ditadura de Pinochet, a coligação eleitoral está super representada quer no congresso, quer no senado. Quinze por cento dos representantes da câmara baixa do congresso são mulheres, enquanto que na câmara alta o número é apenas cinco por cento.

As pesquisas sobre mulheres no Chile, conduzidas em 2006 e 2007 e apoiadas pela Oxfam GB indicam apontam para um nível baixo de engajamento político entre as mulheres. As pesquisas mostraram que 52 por cento das mulheres inquiridas não se identificaram com qualquer partido político, enquanto 63 por cento das mulheres mostraram não ter nenhum interesse em obter informação sobre o trabalho dos seus representantes no congresso. 37 por cento das mulheres declararam ter interesse no trabalho das suas representantes, cerca de um quarto, (23 por cento) tentaram engajar-se com os seus representantes de alguma forma ou de outra. As mulheres inquiridas tinham ideias claras sobre a necessidade urgente de reformar algumas leis, tais como a relacionada com o apoio às crianças pelos pais ausentes, a falta de instalações para cuidar das crianças cujos pais trabalham, e a necessidade de se introduzir um mecanismo que garanta acesso igual para mulheres e homens aos cargos para que são eleitos – questões que foram assumidas pelo governo de Bachelet e faziam parte do seu manifesto eleitoral. Mais do que metade das mulheres inquiridas não acham que as coligações promovem suficientemente os seus interesses como mulheres, embora a coligação no poder obtenha melhor pontuação, e a Michelle Bachelet obtenha boa pontuação pela sua preocupação pelas questões⁵ relacionadas com as mulheres. Tendo dito isso, mais de 80 por cento das inquiridas afirmaram que a eleição de Michelle Bachelet não tinha aumentado o seu interesse na política, embora 64 por cento esperem que no fim da sua presidência, os seus direitos serão melhor protegidos.

Nos inquéritos as mulheres foram também solicitadas a indicar quais eram os principais obstáculos que enfrentavam em termos de ocupar cargos de liderança. No inquérito de 2007, 70 das mulheres inquiridas identificaram a principal dificuldade que as mulheres enfrentam na tomada de decisão como sendo a falta de respeito para com as suas decisões devido às presunções estereotipadas de as decisões deviam ser tomadas pelos homens. No ano anterior, as mulheres inquiridas tinham identificado como principais dificuldades o facto de terem que provar, elas próprias, mais do que os homens (36 por cento) que têm mais obrigações domésticas (29 por cento), e enfrentado a discriminação nos partidos políticos (20 por cento). Mais do que 80 por cento das mulheres inquiridas pensava que deviam existir leis definindo a paridade entre o número de homens e de mulheres com cargos de tomada de decisão no congresso, no senado, no judiciário, nos ministérios, governadores provinciais, no exército e na administração⁶ pública.

Alguns dos desafios específicos que a Oxfam GB enfrenta no seu trabalho nesta área são a falta de comunicação entre as organizações femininas e outras organizações da sociedade civil, e o baixo nível de prioridade (apesar da liderança de Michelle Bachelet) feita pelo governo, pelo sector privado, e a integração da sociedade civil nas questões tidas pelas mulheres como sendo prioritárias.

Actividades e impacto do programa

A Oxfam GB iniciou e continua a prestar apoio contínuo à coligação de organizações do Chile, incluindo organizações feministas, académicas, e ONGs de governação através de um observatório parlamentar. Isto faz a monitoria do trabalho quer do congresso, quer do senado, e a feitura de lobby para melhorar os anteprojectos de leis e encorajar a sua aprovação para que tenham impacto directo e positivo na participação das mulheres e na protecção dos seus direitos em todos os níveis da sociedade. O observatório trabalhou num número de anteprojectos, incluindo um que se destina a determinar a cota mínima para ambos os géneros em listas eleitorais (agora em discussão no congresso), outro que define penalizações contra a conduta discriminatória, e um anteprojecto de lei que possa permitir que o Chile ratifique o Tratado de Roma sobre o Tribunal⁷ Criminal Internacional. Os outros anteprojectos de lei são para tornar o governo do Chile mais transparente na prestação de contas, e para criar um instituto sobre os direitos humanos.

O observatório parlamentar teve sucesso como uma das primeiras iniciativas unificadas da sociedade civil para fazer o escrutínio do trabalho do congresso e do senado, e aumentar a consciência sobre a forma fechada e não transparente em que eles trabalham. Também teve sucesso no aumento da consciência sobre a fraca prioridade que é dada aos anteprojectos de lei que têm impacto nos direitos e na participação política das mulheres, pelos legisladores e pelo governo.

A plataforma do observatório teve sucesso ao reunir uma variedade de actores e organizações que trabalham na governação e nos direitos e participação das mulheres, e no aumento da importância da participação política das mulheres na agenda da sociedade civil. Finalmente, foram igualmente feitos lobbies para melhorar os anteprojectos de lei e acelerar ou aumentar a probabilidade desses anteprojectos de lei serem aprovados.

A Oxfam GB apoiou igualmente muitas organizações na região que trabalham ao nível nacional e regional no intuito de aumentar a participação política das mulheres. Um dos exemplos é o apoio à várias organizações para inquerir sobre as percepções das mulheres em relação às suas percepções quanto aos sistemas políticos e o nível de discriminação nos seus respectivos países (Argentina, Bolívia, Chile, Equador), para depois organizar um seminário regional de comparação de resultados. Os resultados destes inquéritos ajudaram a aumentar a consciência em toda a região sobre as opiniões das mulheres e sua exclusão da política e da tomada de decisão. Os seminários foram utilizados pelas organizações femininas para fazer lobbies sobre reformas dos sistemas políticos e para garantir ou assegurar a maior participação das mulheres, bem como medidas específicas para combater a discriminação e a violência contra as mulheres. Ajudaram igualmente as organizações que lutam pelos direitos das mulheres a conceberem planos estratégicos para fazer o seguimento dos resultados dos inquéritos e fazer democracia com melhoria do respeito dos direitos económicos, sociais e culturais das mulheres nos países e na região.

A Oxfam GB no Chile prestou apoio importante à uma aliança de ONGs que operam ao nível regional para fazer lobbies para o aumento da participação das mulheres na perspectiva progressiva do género em organizações regionais, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), MERCOSUR,⁸ e o Tribunal e Comissão Inter- Americano do Direitos Humanos. Isto incluiu actividades de lobby de OAS e aumentar a consciência sobre a necessidade de advogados para ter uma compreensão sobre os direitos específicos das mulheres. E a Oxfam GB também apoiou organizações regionais de mulheres a fazer lobby instituições intergovernamentais sobre as principais questões regionais que afectam grupos específicos de mulheres, tais como trabalhadoras migrantes e mulheres pagas como trabalhadoras domésticas (muitas das quais são trabalhadoras migrantes), na região.

Lições aprendidas

Os principais pontos fortes do observatório parlamentar são o facto de que este reuniu várias organizações com diversas sensibilidades políticas, conseguiu aumentar a importância dos direitos das mulheres nas agendas das organizações que não possuem uma perspectiva do género no seu trabalho (por exemplo, ONGs que

trabalham em questões de governação), e fez uma advocacia importante e trabalho de corredores em relação à específicos anteprojectos de lei no Parlamento. Contudo, as vezes tem sido difícil para aqueles envolvidos no observatório mater o interesse na partilha de uma plataforma comum, em vez de prosseguirem com os seus interesses institucionais individuais. O observatório teve sucesso na feitura de corredores para anteprojectos de lei específicos (exemplo, cotas do género nas listas eleitorais), e teve sucesso parcial em obter a cobertura dos médias e no aumento do interesse público. Teve igualmente sucesso, quer através das suas actividades, quer através do seu apoio às mudanças legais para aumentar a transparência e a participação das mulheres na política, na abertura de novos espaços de participação, que, por sua vez, possam ser utilizados para assegurar melhorias na protecção dos direitos da mulher (por exemplo, trabalho sobre direitos laborais e protecção social das trabalhadoras com rendimentos baixos). O sucesso limitado no aumento do interesse público é um fracasso do trabalho de lobby e da advocacia num sistema político fechado: o objective do observatório é de como aumento da transparência e mecanismos de participação formal e informal, haverá um aumento do interesse do público em geral, e as mulheres em particular, no trabalho do Parlamento que o observatório monitora.

O outro grupo regional, incluindo os inquéritos e o trabalho de corredores regionais, teve sucesso em relação ao que pretende fazer: aumentar a consciência entre os governos e organizações regionais, lobby para as medidas legais e administrativas que facilitem um aumento na participação das mulheres, e como tal, encorajar, indirectamente, as mudanças das atitudes negativas quer dos homens, quer das mulheres em relação à participação política e liderança das mulheres. Este trabalho regional teve igualmente sucesso na criação de alianças fortes entre organizações nos diferentes países e regiões.

Pontos chaves de aprendizagem

As duas estratégias acima apresentadas apoiam-se mutuamente. Um exemplo é o trabalho sobre os direitos laborais que destacou a situação das trabalhadoras nas indústrias agrícolas sazonais de exportação, onde a informação obtida das trabalhadoras sobre as suas condições de trabalho foi utilizada para informar sobre a estratégia de lobby para o trabalho sobre os anteprojectos de lei que têm impacto nos direitos laborais (por exemplo, reforma da pensão). A consciencialização sobre o uso indiscriminado de pesticidas sem as precauções adequadas de segurança conduziu aos regulamentos mais rígidos para proteger os trabalhadores (maioritariamente mulheres. A semelhança disto, o trabalho sobre os direitos laborais na indústria do salmão tornou-se numa questão política. Os representantes dos trabalhadores foram ao Parlamento para participarem em comissões

designadas para avaliar o impacto social e ambiental da indústria (onde as trabalhadoras líderes trabalham), em parte graças às habilidades de liderança ganhas através da participação no observatório e em actividades associadas de formação. Existe um potencial para o aumento deste tipo de sobreposição no futuro, por exemplo, assegurando que o trabalho político e de lobby seja informado pelo trabalho local sobre os direitos laborais realizado pelos observatórios laborais. Uma outra estratégia será de encorajar a participação de trabalhadoras marginalizadas nos debates políticos sobre as leis que as afectam ao nível regional.

Um dos pontos principais de aprendizagem em que a Oxfam GB, no Chile, baseou o seu trabalho sobre a participação e a liderança das mulheres é de que as diferentes estratégias são necessárias para alcançar melhorias concretas nas vidas das mulheres. O trabalho sobre a melhoria das condições de trabalho tem impacto directo positivo nas vidas de algumas mulheres marginalizadas na América do Sul. Porém, para ter melhorias sustentáveis em relação aos direitos das mulheres, os sistemas políticos e as culturas devem ser mudados para permitir o aumento da participação das mulheres. O trabalho de monitoria e lobby feito por organizações e alianças de mulheres é a parte principal desse esforço. Por outro lado, o lobby e o trabalho político é mais legítimo se for baseado nas necessidades dos pobres e nas mulheres excluídas, como identificado por aquelas mulheres. Como tal, estas estratégias complementam-se no alcance do seu objectivo comum.

Para além disso, o trabalho da Oxfam GB no Chile mostrou que o trabalho aos níveis nacional e regional está mutuamente reforçado, dando legitimidade à ambos, e uma plataforma mais sólida a partir da qual se pode realizar o trabalho de advocacia. Finalmente, criar alianças entre aliados não tradicionais (incluindo organizações de mulheres e outras organizações da sociedade civil) é vital para a realização de mudanças políticas positivas em termos de participação das mulheres e de protecção dos seus direitos num ambiente fragmentado, embora estas alianças sejam frágeis, sendo por isso necessário mantê-las.

Notas

¹ Chile assinou o maior número de acordos sobre comércio livre em comparação com qualquer país do mundo.

² Em inquéritos conduzidos pela Humanas, parceira da Oxfam GB, em 2006 e 2007, a grande maioria (88 por cento) das mulheres inquiridas consideraram que as mulheres são discriminadas no Chile, e consideram que a discriminação é particularmente prevalente no contexto do trabalho, sexualidade, acesso à justiça, política, os meios e vida familiar; mais de 60 por cento de todas as mulheres inquiridas disseram que elas sofriam nas suas vidas diárias como resultado de tal discriminação. A grande maioria (95 por cento) das mulheres inquiridas referiu que sentia que a violência contra as mulheres levada a cabo pelos seus parceiros é frequente ou muito frequente no Chile, e 64 por cento identificou a violência contra as mulheres como sendo uma extensão da sociedade machista do Chile.

³ No Chile, os membros da ANAMURI têm participado nas seguintes instituições organizadas pelo governo: o Conselho de Exportação Agrícola do Ministério da Agricultura e o Conselho da Área Agrícola, o Comité para o Diálogo sobre as Determinantes Sociais da Saúde do Ministério da Saúde, o Conselho Público – Privado do Ministério do Trabalho e a Mesa Redonda Nacional das Mulheres Rurais do Ministério da Mulher.

⁴ As pensões são meios testados e sujeitas aos requisitos de residência. A pensão mínima será baixa (cerca de metade do salário mínimo), mas mesmo assim muito insignificante para aqueles que não tinham nenhum acesso à pensão antes desta reforma.

⁵ Nos mesmos inquéritos, 63 por cento das mulheres concordou que Bachelet tem uma preocupação forte ou muito forte para com os problemas enfrentados pelas mulheres. As mulheres inquiridas também saudaram Bachelet por tomar medidas concretas para a melhoria dos métodos anticoncepcionais (76 por cento) e por promover a participação equitativa dos homens e das mulheres nos cargos de poder (72 por cento); e pontuação média em termos de promover a distribuição equitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres (55 por cento), e salários iguais entre homens e mulheres (54 por cento).

⁶ O recente anti-projecto de lei sobre cotas do género nas listas eleitorais deve resolver esta questão parcialmente, se for aprovado pelo Parlamento.

⁷ Este é o primeiro instrumento legal internacional que considera a violência sexual e a violência baseada no género como crimes contra a humanidade. Isto tem relevância específica no Chile devido aos abusos dos direitos humanos, incluindo a violência sexual e a tortura que tiveram lugar durante a ditadura.

⁸ MERCOSUR, ou *Mercado Común do Sul* é um órgão de integração regional do mercado criado em 1985. Os membros actuais são Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. A Venezuela está em processo de filiação. A Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador e o Perú são 'estados associados', e o México e a Nicarágua têm estatuto de observador.

Fotografia de capa: Cristián Iglesias

© Oxfam GB, Junho 2008

Este documento foi redigido por Michael van Gelderen. Agradecemos à Cecilia Millan pelos subsídios dados a este documento, que faz parte de uma série de documentos escritos para informar o debate público sobre as questões de desenvolvimento e sobre a política humanitária. O teste pode ser livremente utilizado para fins de campanha, educação e pesquisa desde que a fonte seja cabalmente citada.

Para mais informações, por favor envie email para: publish@oxfam.org.uk

Online ISBN 978-1-84814-049-3. Este documento faz parte de um conjunto de **Aprendizagem para Acção sobre a Liderança e Participação de Mulheres** disponível para compra a partir da Oxfam Publishing ou dos seus agentes, print ISBN 978-0-85598-626-1 para o conjunto de 9 documentos, mais a secção sobre Recursos Úteis. Para mais informações visite www.oxfam.org.uk/publications

Este documento encontra-se igualmente disponível em Francês e Espanhol

Oxfam GB

A Oxfam GB é uma organização de desenvolvimento, auxílio e campanha que trabalha com outras na procura de soluções duradoiras de combate a pobreza e ao sofrimento em todo o mundo. A Oxfam GB é membro da Oxfam International.

Oxfam House
John Smith Drive
Cowley
Oxford
OX4 2JY

Tel: +44.(0)1865.473727
E-mail: enquiries@oxfam.org.uk
www.oxfam.org.uk